



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **O Governo da RAEM deve resolver rapidamente o problema das graves discrepâncias entre os trabalhos recomendados e os cursos de formação do Plano de formação subsidiada.**

O Governo lançou a segunda ronda de medidas de apoio económico e recorreu ao Fundo específico de apoio ao combate à epidemia, no valor de 10 mil milhões, para alargar o apoio aos residentes, trabalhadores e empresas. Para efeitos de articulação, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) lançou o Plano de formação subsidiada, com o objectivo de aliviar, através da atribuição de subsídios, a pressão económica das pessoas afectadas pela epidemia. Para ajudar os residentes a entrarem no mercado de trabalho, a DSAL implementou o “Plano de formação subsidiada orientada para a empregabilidade”, que tem duas componentes: a “formação técnica” e o “encaminhamento de emprego”. Os formandos que concluíam o curso e se articularem com o encaminhamento de emprego podem receber um subsídio de formação até 6656 patacas.

Recentemente, o nosso gabinete recebeu pedidos de ajuda de residentes que alegaram que os cursos de formação técnica do Plano de formação subsidiada lançado pela DSAL não correspondiam aos tipos de trabalho recomendados. Por exemplo, a um formando que acabou o curso de *design* de jóias, foi-lhe recomendado um emprego na área da segurança, que nada tem a ver com o curso de formação técnica que frequentou. Segundo esses residentes, há um caso que serve para justificar a correspondência entre o curso de formação e o trabalho recomendado, ou



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

seja, o de um formando que acabou um curso em padaria e conseguiu emprego numa padaria como ajudante, através do “encaminhamento de emprego”. Aquando da conclusão de cursos de formação do Plano de formação subsidiada, os participantes devem ter adquirido competências profissionais básicas e, por isso, podem candidatar-se a postos de trabalho que exigem determinados requisitos de natureza técnico-profissional. Ora, atendendo a que o trabalho de ajudante não exige qualquer requisito técnico, o caso de “encaminhamento de emprego” é, na sua essência, inadequado, e traduz-se num desperdício de talentos.

Mais, se os participantes de cursos de formação não aceitarem o emprego recomendado pela DSAL, o subsídio de formação é reduzido para metade e, independentemente de aceitarem ou não o emprego em causa, só recebem o subsídio dois meses depois da conclusão do curso, e só podem inscrever-se na segunda fase da formação depois de recebido o referido subsídio. A definição desta regra temporal resulta, inevitavelmente, em desperdício de tempo e energia para os que procuram emprego. Ora, se depois da primeira fase do curso de formação os participantes não aceitarem o emprego recomendado, devido à falta de correspondência entre os cursos frequentados e os tipos de trabalho, têm de aguardar dois meses até poderem inscrever-se na segunda fase da formação.

**Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:**

1. Qual é o fundamento científico para a DSAL ministrar, no âmbito do Plano de



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

- formação subsidiada, cursos de *design*? Antes da abertura de cada fase dos cursos, a DSAL deve realizar um inquérito sobre as competências profissionais que faltam em Macau, para organizar cursos que tenham em conta os resultados do inquérito. Vai fazê-lo?
2. Actualmente, há falta de correspondência entre os cursos de formação técnica do Plano de formação subsidiada e os trabalhos oferecidos através do “encaminhamento de emprego”. O Governo deve estabelecer mecanismos para assegurar que os trabalhos oferecidos aos participantes do Plano de formação subsidiada são adequados aos cursos frequentados. De que mecanismos dispõe para o efeito?
  3. Actualmente, os participantes só podem inscrever-se na segunda fase do Plano de formação subsidiada dois meses depois da conclusão da primeira fase. O Governo deve melhorar esta regra temporal para facilitar a inscrição em mais cursos de formação, contribuindo para reforçar a competência profissional dos participantes, para que encontrem, quanto antes, o rumo profissional apropriado e também o emprego adequado. De que planos dispõe para o efeito?

25 de Fevereiro de 2022

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Che Sai Wang**